

CONTRATO COM A EMPRESA LUBRIFUEL – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LDA, PARA AQUISIÇÃO DE BENS “FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS” - AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO PARA O AQ/44/2021

VALOR DO ATO - 20 124,00€

CONTRATO N.º 6/2025

Celebram os seguintes outorgantes, em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas qualificadas, o presente contrato:-----

PRIMEIRO OUTORGANTE: -----

MUNICÍPIO DE LAGOA, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva de direito público 506 804 240, que aqui figura como Primeiro Outorgante, representada neste ato pela sua Vereadora, **ANA CRISTINA TIAGO MARTINS**, com domicílio profissional no edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua Ernesto Cabrita, em Lagoa e com poderes delegados para o ato que lhe são conferidos por via do despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro, publicado através do Edital n.º 662/2022, no Diário da República, 2.ª Série, n.º 95, de 17 de maio. -----

SEGUNDO OUTORGANTE: -----

LUBRIFUEL – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, LDA, com sede social na Rua da Calmeira, n.º 260 letra C, Andrinos, no concelho de Leiria, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Leiria com o sob o número único de matrícula e identificação fiscal 508 306 000 e o capital social de 127.500,00 €, neste ato representada por **Filipe Miguel Vieira da Cruz**, titular do cartão de cidadão com o n.º [REDACTED] número de identificação fiscal [REDACTED] com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente apresentada. -----

Considerando que: -----

- A. O **MUNICÍPIO DE LAGOA** promoveu um procedimento por acordo quadro fechado (ajuste direto) com a referência 2024/300.10.005/1533, para a aquisição de bens de “**FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS**”, procedimento ao abrigo de acordo quadro da “Município, empresa de cartografia e sistemas de informação, SA”; -----
- B. O procedimento, incluindo peças e despesa, foi aberto por despacho datado de 18 de dezembro de 2024 da Sr.ª Vereadora no uso de competência delegada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, conforme despacho n.º 42/DA/2022, de 24 de fevereiro; -----

- C. Os encargos resultantes deste contrato compreendem compromissos plurianuais autorizados por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 20 de dezembro de 2024, no exercício de competência delegada em si pela Assembleia Municipal por deliberação de 10 de novembro de 2021; -----
- D. A despesa inerente ao contrato encontra-se satisfeita pelas dotações orçamentais 0102/02010201, 02/02010201, 03/02010201 e 04/02010201; -----
- E. A aquisição de serviços foi adjudicada em 3 de março de 2025, assim como foi aprovada a minuta do contrato; -----
- F. A Entidade adjudicatária aprovou a minuta do Contrato em 10 de março de 2024;-----
- G. Para fazer face à despesa originada pela execução do contrato foram emitidos os números sequenciais de compromisso **137162, 137163, 137164 e 137165.** -----

E por eles foi dito que celebram o presente contrato nas seguintes condições: -----

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto do Contrato)

1. O presente Contrato tem por objeto a aquisição de serviços de “FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS” nos termos melhor identificados nas peças do procedimento. -----
2. Para além do disposto no Contrato, a presente aquisição de serviços reger-se-á ainda pelas Cláusulas constantes do Caderno de Encargos e da Proposta apresentada e com as demais peças que constituem o processo de concurso, que ficam a fazer parte integrante do contrato que constituem documentos integrantes do presente contrato. -----
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a ordem de prevalência é a que nele se dispõe. -----

CLÁUSULA SEGUNDA

(Prazo de vigência)

O prazo de execução da aquisição de serviços objeto do presente contrato é de 3 (três) anos. -----

CLÁUSULA TERCEIRA

(Preço contratual)

1. O preço contratual é de **20 124,00€ (vinte mil, cento e vinte e quatro euros)**, acrescido de Imposto sobre Valor Acrescentado à taxa de 23% repartido nos seguintes termos: -----
 - a) **No ano de 2025** o valor de 6 050,00€ (seis mil e cinquenta euros); -----
 - b) **No ano de 2026** o valor de 6 700,00€ (seis mil e setecentos euros); -----
 - c) **No ano de 2027** o valor de 6 724,00€ (seis mil, setecentos e vinte e quatro euros); -----

- d) No ano de 2028 o valor de 650,00€ (seiscentos e cinquenta euros). -----
2. O preço contratual será o preço a pagar pelo contraente público, em resultado da proposta adjudicada e que inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução integral do objeto do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída no presente contrato ao contraente público. -----

CLÁUSULA QUARTA **(Obrigações Principais)**

1. De acordo com o estipulado na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos decorre para o segundo outorgante as seguintes obrigações: -----
- a) Cumprimento com todas as normas legais e regulamentares aplicáveis ao exercício da sua atividade; -----
 - b) Cumprimento com todas as obrigações estabelecidas no Acordo Quadro ao abrigo do qual é promovido o presente procedimento; -----
 - c) Providenciar a entrega de 4 cartões eletrónicos de abastecimento na sede da entidade adquirente, no prazo estabelecido no Acordo Quadro, garantindo que: -----
 - i. Cada um dos cartões eletrónicos de abastecimento estará identificado com o nome do cocontratante e com a unidade orgânica associada do cliente e estará, ainda, associado a um contrato; -----
 - ii. Todos os cartões eletrónicos possuem um número e código PIN; -----
 - iii. O cartão eletrónico pode permitir a utilização de um ou mais tipos de combustível; -----
 - iv. A utilização do cartão eletrónico não obriga ao registo da quilometragem no momento do abastecimento e não contabiliza o número de quilómetros efetuados entre abastecimentos; -----
 - v. A utilização do cartão eletrónico permite o registo de dados:
Data, hora e local (posto, localidade) do abastecimento; -----
Identificação do produto e da quantidade abastecida; -----
 - vi. A limitação do abastecimento pode ser feita pela entidade adjudicante, tendo conta as métricas definidas;
 - vii. Se necessário, existe a possibilidade de bloquear ou cancelar o cartão eletrónico; -----
 - viii. O abastecimento dos motociclos e equipamentos (diversos) através de cartão eletrónico junto da rede Cepsa em território Nacional; -----
 - ix. O preço por litro praticado no local de abastecimento será enviado semanalmente pelo cocontratante à entidade adquirente. -----

CLÁUSULA QUINTA **(Caução)**

Atento o valor contratual, não é exigível caução, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação. -----

CLÁUSULA SEXTA
(Condições de pagamento)

1. A quantia devida pela entidade adjudicante, desde que devidamente emitida, a fatura será paga através de transferência eletrónica interbancária para o NIB indicado pelo adjudicatário. -----
2. As faturas emitidas serão remetidas pelo adjudicatário através de correio digital para contabilidade@cm-lagoa.pt. -----
3. O prazo de pagamento máximo é de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrada de cada fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que as mesmas tenham sido aprovadas, pelo gestor do contrato. -----
4. As faturas apresentadas pela execução da aquisição de serviços, objeto deste Contrato, deverão fazer a referência ao número do sequencial de compromisso que suportará a despesa com a sua execução e ser remetidas em suporte eletrónico. -----
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida. ----
6. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar as faturas quando estas não respeitem o contrato ou o Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA SÉTIMA
(Revisão de preços)

O preço da aquisição de serviços é fixo e não sujeito a revisão de preços. -----

CLÁUSULA OITAVA
(Cessão da posição contratual e Subcontratação)

A cessão da posição contratual cumpre o regime jurídico vigente nos termos do Código dos Contratos Públicos. -----

CLÁUSULA NONA
(Sanções contratuais)

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, previstas nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Caderno de Encargos. -----

CLÁUSULA DÉCIMA

(Alterações ao contrato)

Qualquer aditamento ou alteração ao contrato só será válido se constar de documento escrito assinado pelos Contraentes, do qual conste expressamente a indicação das cláusulas modificadas ou aditadas.-----

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Deveres de informação)

Para além dos específicos deveres de informação consagrados neste contrato, cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé. -----

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Dever de Sigilo)

1. O adjudicatário, incluindo seus trabalhadores, obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos do presente procedimento ou do contrato, mesmo após o seu termo, por qualquer motivo. -----
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato. -----
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que forem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes. -----

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Gestor do contrato)

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, foi nomeado como gestor do contrato [REDACTED] tendo como função o acompanhamento da sua execução. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Comunicações e notificações)

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato. -----
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte. -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA
(Legislação Aplicável e Foro competente)

1. A tudo o que não esteja especialmente previsto no Caderno de Encargos aplica-se a legislação portuguesa e, em especial, o regime constante do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação, o qual prevalece sobre as disposições que lhe sejam desconformes. -----
2. Para resolução de todos os litígios respeitantes ao contrato, quer na sua fase de formação quer na sua execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Foram apresentados os seguintes documentos que ficam arquivados: -----

1. Certidão comprovativa de regularidade tributária emitida pela Autoridade Tributária; -----
2. Certidão comprovativa de regularidade contributiva emitida pelo Instituto da Segurança Social, IP; ---
3. Certificados de Registo Criminal da empresa e representante legal; -----
4. Declaração conforme modelo do anexo II do CCP; -----
5. Certidão permanente do registo comercial; -----
6. Registo Central de Beneficiário Efetivo; -----
7. Declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

Para os devidos efeitos, se elaborou o presente contrato, em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das partes, as quais lhe dão o seu pleno acordo e declaram aceitá-lo nos precisos termos exarados. -----

Fazem parte do contrato: o Caderno de Encargos, a proposta e declaração de aceitação do Código de Ética do Município de Lagoa. -----

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Assinado por: ANA CRISTINA TIAGO MARTINS
Num. de identificação: [REDACTED]
Data: 2025.03.11 17:08:38+0000

**FILIPE MIGUEL
VIEIRA DA
CRUZ**

Assinado de forma digital por FILIPE MIGUEL VIEIRA DA CRUZ
Dados: 2025.03.11 17:45:34 Z